



ESTUDOS DA DEFICIÊNCIA E AS CONCEPÇÕES DOS PROFESSORES SOBRE AS CRIANÇAS AUTISTAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ana Paula de Aquino Barros ¹
Geisa Letícia Kempfer Bock ²
Solange Cristina da Silva ³

RESUMO

O tema sobre inclusão de crianças autistas na educação infantil causa diferentes atitudes por parte dos/as professores/as. A convivência com crianças autistas, promovida pelo advento da inclusão escolar, oportuniza romper com a barreira do medo e do desconhecido. Entretanto, muitos desses/as professores/as mantêm atitudes de discriminação e preconceito frente a presença dessas crianças em seu grupo de atuação educacional, apesar de em sua grande maioria, contarem com uma política de formação continuada, bem como o apoio do Atendimento Educacional Especializado. Ao mesmo tempo que se percebe as mudanças e os avanços no acesso e participação dessas crianças nos espaços educacionais, há um número considerável de professores/as que apresentam atitudes de rejeição, resistência e sentem dificuldades de compartilhar a vida escolar junto a elas. Neste sentido, essa pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, objetiva analisar as produções científicas empíricas que abordam as concepções de professores/as sobre o autismo na educação infantil e suas atitudes capacitistas. Utilizando-se das palavras-chave: Educação infantil, Concepção de Professores, Autismo, Capacitismo e suas variantes semânticas, constituindo descritores que possibilitam abranger a temática. Teoricamente a pesquisa tem como base os Estudos da Deficiência e o Modelo Social da Deficiência. Esperamos que este trabalho possa provocar reflexões para romper com a lógica capacitista que dá suporte às ações na educação infantil com crianças autistas, fazendo da educação um espaço de equidade e respeito às diferenças.

Palavras-Chave: autismo, inclusão, educação infantil, capacitismo.

INTRODUÇÃO

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica na vida das crianças e, cada vez mais, por conta da demanda social em que vivemos, elas chegam mais cedo nas unidades educacionais. Como atores sociais, as crianças são sujeitos de direitos que estão resguardados

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Do Vale Do Itajaí-UNIVALI, Mestranda em Educação Inclusiva, PROFEI- UDESC E-Mail: anapaula.barros@prof.pmf.sc.gov

² Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, Professora da Universidade do Estado de Santa Catarina/UDESC, Santa Catarina. Email: geisabock@gmail.com

³ Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina/ UFSC, Professora da Universidade do Estado de Santa Catarina/ UDESC, Santa Catarina. Email: solange.silva@udesc.br



por leis conquistadas por anos de militância e luta de muitos educadores e dos movimentos sociais em geral, revelando a importância desta etapa de ensino.

A obrigatoriedade de frequentar a educação infantil a partir dos quatro anos de idade, instituída pela Lei N. 13.005 de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação, revela a importância desta etapa de ensino.

META 1 Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE. (BRASIL, 2014)

As crianças autistas não estão fora desse contexto e a inclusão delas no ambiente educacional comum é protegido pelo nosso ordenamento jurídico em função, também, de anos de luta pelo direito de todos à educação. A Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, ratificada pelo Decreto N. 6.949 de 2009, com equivalência constitucional, afirma esse direito:

Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida. (BRASIL, 2009)

As redes municipais que são responsáveis pela educação infantil já tem a educação inclusiva estabelecida em seus moldes e em sua rotina escolar. Não é só uma questão de direito garantido pela legislação brasileira, aliada aos fundamentos e princípios, mas sim de uma nova vertente no comportamento docente e humano dos professores.

Ao longo dos últimos anos, professores vem derrubando barreiras excludentes, revendo conceitos, questionando práticas de segregação, repensando sobre sua concepção de deficiência e vem, sobretudo, convivendo com crianças autistas no seu cotidiano escolar.

Ao mesmo tempo que se percebe as mudanças e os avanços na inclusão de crianças com autismo, há um número considerável de professores que apresentam determinadas atitudes de rejeição e resistência diante de uma criança com autismo e sentem dificuldades de compartilhar a vida escolar junto a essas crianças. Esse fato é percebido em várias situações do cotidiano, como nas escolhas de grupos, na qual há um distanciamento por parte do docente quando há uma criança autista, bem como nas conversas entre docentes que revelam atitudes preconceituosas.



Diante deste contexto, surgem várias indagações: por que existem, ainda, professores com atitudes de discriminação e preconceito? O que falta para esses profissionais compreenderem os fundamentos e princípios da educação inclusiva? O que faz alguns docentes acolherem as crianças autistas e outros ficarem na defensiva e com medo de atendê-las? Como realizar práticas docentes sem que elas sejam capacitistas?

Muitas são as questões consideradas relevantes e que exigem um caminho dentro de uma pesquisa de cunho bibliográfico para a melhor compreensão dessas circunstâncias ocorridas de maneira tão rotineira na educação infantil.

METODOLOGIA

A pesquisa de abordagem qualitativa, caracteriza-se bibliográfica, do tipo exploratório-descritiva, visando identificar, conhecer e analisar os **motivos** que levam determinadas atitudes de discriminação e preconceito na inclusão escolar de crianças autistas de professores/ as da educação infantil.

Como afirma Gil (2002) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

O ponto de partida para a escrita foi uma pesquisa no portal da CAPES por artigos que fossem ao encontro do tema proposto. Foram usados os descritores autismo, inclusão, educação infantil e capacitismo.

As pesquisas ocorreram na base do portal da CAPES nos meses de junho e julho de 2023, e foram incluídas as produções relativas aos últimos 5 anos, contemplando assim os anos 2018 e 2023 e em busca avançada na língua portuguesa na área da educação e foram escolhidos para a análise 4 artigos que dialogam com o tema da pesquisa:

Tabela 1

Autores	Título	Ano
Clariana Andrioli Romeu, Rosana Ap. Salvador Rossit	Trabalho em equipe interprofissional no atendimento à criança com	2022



	transtorno do espectro autista,	
Maira Cristina Souza Teixeira, Danielle Ribeiro Ganda	Inclusão e autismo: relato de caso sobre o trabalho com uma criança na educação infantil	2019
Geovana Nascimento Cavalcante, Gislaine Franco Moura, Princielli Souza Ignácio, Jaqueline Delgado Paschoal	Ação Docente na educação infantil: fundamentos do trabalho educativo a luz da teoria histórico-cultural	2022
Simone de Mamann Ferreira, Marivete Gesser, Geisa Letícia Kempfer Bock, Gabriel Carvalho Leandro	A produção científica sobre o capacitismo na educação básica: uma revisão integrativa de literatura	2023

REFERENCIAL TEÓRICO

Todas as crianças são iguais no direito à educação. Esse é o princípio fundamental do movimento de educação inclusiva, sendo na educação infantil que começa a trajetória de uma criança na vida escolar, na qual a interação, as descobertas e as singularidades se destacam. Toda criança é diferente – esse é outro princípio fundamental da educação inclusiva.

Nas creches ou Núcleo de educação infantil municipal elas passam a experimentar um ambiente coletivo, compartilhando espaços, brinquedos, brincadeiras e vivências. Os primeiros contratos sociais são “assinados” e as regras e normas de convívio são estabelecidas entre as crianças e os docentes.

Para os professores/as, não é fácil rever concepções que não dão mais conta de perceber a diferença humana e sua complexidade. A inclusão escolar requer um novo modo de conceber e de agir e não é fácil sair dos lugares instituídos e com o pensamento cristalizado em práticas capacitistas que não levam em consideração as múltiplas dimensões dos seres humanos.



O movimento de inclusão social ou escolar alerta para o fato de que os sujeitos morais/rationais têm deveres para com os que foram destituídos da comunidade moral e da justiça. Ações de exclusão e de segregação afetaram as vidas das pessoas com deficiência e, atualmente, as ações são redefinidas com o objetivo de reparar os danos causados por tais ações. É no movimento de inclusão que está dada a possibilidade de inserção de novos sujeitos de direitos na comunidade moral e a possibilidade de reconhecer e valorizar a diferença como uma condição de todos. (MACHADO, p 20, 2021).

Todas as crianças têm direito ao acolhimento, à afetividade, à interação entre os seus pares e ao reconhecimento e valorização de sua diferença nos espaços comuns da educação infantil, independentemente de quaisquer características físicas, intelectuais, sensoriais, comportamentais. As diferenças sempre existiram, nunca fomos e nem seremos criaturas homogêneas, repetidas ou padronizadas. Alinhada à educação inclusiva, os estudos sobre a deficiência na educação trazem uma contribuição relevante por compreender as pessoas com deficiência dentro de um campo de possibilidades e de direito. Como afirma NUERNBERG (2015):

O campo de estudos sobre a deficiência na educação, derivado dos *disability studies* (DINIZ, 2007), se distingue dos demais campos que se articulam com a educação inclusiva pelo teor da crítica sobre o fenômeno da deficiência no contexto educacional. Surgido nos Estados Unidos no final da década de 1990, esse campo nasce da crítica à corrente biomédica da educação especial e busca ampliar as perspectivas sobre a natureza da deficiência. (NUERNBERG, p 555, 2015).

Entretanto mesmo com políticas que garantam que a educação seja realizada em uma perspectiva inclusiva nos deparamos dentro dos cotidianos da educação infantil com falas e ações capacitistas e essas posturas de alguns docentes limitam as crianças a diagnósticos tratando-as muitas vezes através do modelo biomédico e assim limitando as possibilidades de aprendizagem.

Ao invés de um modelo teórico, biomédico e capacitista da criança autista que não leva em consideração o que é próprio de sua infância e de sua singularidade, que a restringe em seu diagnóstico e em suas características, propõe-se os fundamentos e princípios da educação inclusiva e dos Estudos da Deficiência na Educação para que as barreiras atitudinais e conceituais não impeçam as crianças autistas de usufruírem do seu direito à educação e do seu direito à diferença.



Não podemos deixar de destacar o apoio que as redes municipais recebem para a permanência de crianças autistas na educação infantil, o AEE e os professores auxiliares de educação especial são grandes aliados na inserção dessas crianças e na sua trajetória escolar. Porém nem sempre o trabalho colaborativo entre essas vertentes acontece de maneira clara e objetiva, assim potencializando as dificuldades que muitos docentes sentem em trabalhar e de conviver com crianças autistas.

Na década de 80 um novo termo começou a ser utilizado para falar do preconceito e discriminação em relação aos corpos que não estavam dentro do padrão estabelecido pela sociedade e esses corpos eram principalmente aqueles das pessoas com deficiência. A palavra capacitismo surgiu nos Estados Unidos e ainda é um termo novo na educação aqui no Brasil.

Campbell (2009, p. 44, tradução nossa) define o capacitismo como “[...] uma rede de crenças, processos e práticas que produz um tipo particular de compreensão de si e do corpo (padrão corporal), projetando um padrão típico da espécie e, portanto, essencial e totalmente humano”. (FERREIRA; GESSER; BOCK; LEANDRO, 2023)

O termo pode não ser tão conhecido ou utilizado na educação, porém as práticas capacitistas estão presentes no dia a dia das creches e NEIMS. Podemos perceber nas falas, nas atitudes de alguns docentes, no como se realiza os planejamentos e de que forma ele atinge as diferenças que existem nas unidades educativas e na expectativa daquilo que se espera das crianças, como se todas aprendessem da mesma forma.

Quantas crianças estão inseridas nos ambientes da educação infantil, mas não se sentem pertencentes realmente àquele espaço. Todos os dias vivem, passam e perpassam por situações capacitistas. Sobre capacitismo, Guerra (2021) afirma que:

É uma palavra que agora começa a ser ouvida com mais frequência nos movimentos sociais, mas seu significado o que ela implica não é muitas vezes explorado em profundidade. O capacitismo é a pressão que nós as pessoas deficientes enfrentamos, e surge do sistema capacitista, que é o sistema social, político e econômico discrimina, violenta, marginaliza e assassina as pessoas deficientes pelo fato de o serem. (p. 28)



Diante disso, o trabalho de conscientização dos docentes e de gestores é muito importante para que o capacitismo possa se dissolver ao longo do tempo dentro dos espaços de educação infantil e as formações possam trazer novos olhares e assim transformarem as práticas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa resultou ao todo em 110 artigos divididos pelos descritores: Autismo: 11 artigos, dentre esses 08 artigos foram excluídos por serem direcionados para outras perspectivas como: educação especial, relações socioeconômicas, ensino superior, tecnologias digitais e interdisciplinaridade com olhar mais para as questões do apoio da saúde na educação se distanciando do objeto de pesquisa proposto para este artigo. Após a exclusão de estudos que não traziam referências sobre o tema abordado foi selecionado 1(um) artigo sobre autismo demonstrando que o trabalho é um aliado colaborativo nos desafios de trabalhar com crianças autistas (ROMEU; ROSETE, 2022).

A pesquisa localizada traz como resultado que os profissionais necessitam de mais formação e que o trabalho colaborativo deve ser integrado se tornando mais eficaz no trabalho desempenhado pelos professores das salas regulares com crianças autistas.

No descritor da inclusão foram inicialmente encontrados 46 artigos entre os anos de 2018 e 2023, no qual a busca foi realizada em português e deu-se ênfase nas palavras educação infantil e educação inclusiva para refinar a busca. Encontrou-se então 11 artigos, sendo que 03 tratavam de políticas, 01 sobre síndrome de down, 01 psicopedagogia, 01 mulheres, 01 intervenção precoce com crianças autistas, 01 duplicado e 01 sobre formação de professores. Três pesquisas vão ao encontro do tema proposto, mas o que traz maior subsídios para a pesquisa é o de (TEIXEIRA; GANDA, 2019) que relata o trabalho na educação infantil com uma criança autista.

Cabe ressaltar que a afetividade também recebeu um destaque nos resultados como algo fundamental no trabalho docente com crianças autistas. Não percebe-se a participação do professor da sala regular neste artigo colocando os professores de apoio AEE como principais profissionais que atuam com as crianças autistas.

As Palavras educação infantil também foram pesquisadas de 2018 e 2023 em português e na primeira busca foram encontrados 42 artigos, após uma busca mais avançada, na qual se utilizou para refinar a pesquisa os descritores educação infantil no corpo do texto, encontramos 13 artigos relacionados. Nas evidências dos estudos buscamos sobre a temática da docência na



educação infantil pois acredita-se que a educação inclusiva perpassa pela docência do professor da sala. Então a pesquisa visou encontrar uma bibliografia que fosse ao encontro dessa ideia.

Os 13 artigos encontrados abordavam os seguintes assuntos dentro da educação infantil: gestão 02, formação 03, pandemia 01, avaliação 02, concepções sociais 2, BNCC (Base Nacional Curricular) 01 e docência 02 o resultado obtido pelas revisões sistemáticas (CAVALCANTE; MOURA; IGNÁCIO; PASCHOAL, 2022).

O artigo selecionado para análise mostra que a educação infantil é um espaço social de muita importância para promover o desenvolvimento das crianças com intencionalidade, enfatizam que as crianças aprendem umas com as outras na troca com seus pares, por isso ressalta-se a importância desse espaço para o desenvolvimento humano desde a infância.

Como último descritor temos a palavra capacitismo e por ser uma palavra ainda pouco usada na educação foi o que resultou em menor número de artigos que demonstram estudos relevantes sobre o tema proposto. Dez (10) artigos, 02 serviços social, 01 fotonovela, 01 gestão educacional, 01 conselho municipal para pessoa deficiente, 1 mulheres como deficiência e 04 que abordavam capacitismo na educação (FERREIRA; GESSER; BOCK; LEANDRO, 2023)

O artigo escrito por (FERREIRA; GESSER; BOCK; LEANDRO, 2023) concluiu que o capacitismo se encontra presente nos planejamentos e no currículo na educação básica. E que existe segregação dos estudantes com deficiência, o qual ainda está presente nos espaços escolares. Nota-se que ainda se considera o que o estudante não consegue realizar. E que a formação dos professores deve contemplar os princípios da educação inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados parciais desta pesquisa bibliográfica revelaram que a chegada de crianças autistas na educação infantil causa diferentes posturas dos docentes, alguns professores demonstram ter concepções sobre o autismo a partir do modelo biomédico e do senso comum limitando às essas crianças o desenvolvimento e as possibilidades de um conviver, brincar e estar na educação infantil.

Conhecer as crianças e seu universo faz parte do contexto dos educadores que atuam na educação infantil todos os dias. Professores se debruçam em literaturas que os levam a reflexões sobre as brincadeiras, o ser criança e o respeito à infância. As crianças autistas não estão fora desse contexto, pois antes de seus diagnósticos que podem as taxar pelo resto de suas vidas elas são crianças que são dotadas de direitos.



A falta de conhecimento de alguns professores é, muitas vezes, o primeiro sintoma do preconceito. Da mesma forma que se debruçam em documentos sobre a infância, podem e devem se debruçar em conhecer o modelo social da deficiência para compreender as crianças autistas a partir dessa chave teórica. Outro aliado ao trabalho de professores/as que sentem dificuldades para desenvolverem suas práticas com as crianças autistas é a do trabalho colaborativo, pelo qual o professor de sala de referência, o do AEE e professor auxiliar de educação especial (quando se fizer necessário) trabalham em sincronia, estudando possibilidades e estratégias para o desenvolvimento pleno dessas crianças.

Observar as crianças como seres únicos que trazem consigo experiências e visões de mundo que são construídas dentro de suas vivências são fundamentos básicos para a um novo olhar a respeito da inclusão. As crianças podem ensinar muito a trabalhar na perspectiva da educação inclusiva. Os pequenos são compreensíveis, resilientes e solidários, não conhecem modelos biomédicos e nem regras de conduta impostas por nossa sociedade que tenta medicalizar e normalizar as diferentes expressões corpóreas, dentre elas os corpos de pessoas com deficiência. Eles ainda não estão infectados por preconceitos nem têm visões capacitistas, enxergam no outro apenas outros seres humanos sem classificá-los e sem rotulá-los.

Diante de todas essas reflexões percebemos que existem pensamentos pré-estabelecidos, concepções e visões arcaicas sobre quem são as crianças autistas e isso amarra as relações entre professores e essas crianças. O conhecimento prévio, o desprendimento do modelo biomédico e o simples olhar para a infância como algo que venha antes de qualquer diagnóstico são eixos fundamentais para que crianças autistas possam ser respeitadas dentro dos espaços de educação infantil. Além dessas concepções os professores/as também são responsáveis pelo senso comum que traz consigo estereótipos sobre o autismo, como se toda criança autista fosse a mesma criança. Encontrar artigos que escapassem desse modelo estereotipado das deficiências foi uma tarefa bem árdua principalmente quando se falava de autismo ou de crianças autistas na educação infantil.

A enxurrada de diagnósticos e a falta de entendimento de muitos professores limita a primeira etapa da vida escolar de crianças autistas. Sobre o diagnóstico, ORRÚ (2016) afirma que:

[...] é possível que o aluno diagnosticado com Transtorno do Espectro do Autismo corra o perigo ou o golpe de passar a não ser mais apercebido como criança, como ser único e complexo, o que é próprio do ser humano. Não obstante, sua chancela biológica é sobressaltada e revelada como agente determinante para seu sucesso no decurso de seu aprendizado. (p. 51).



E nessa perspectiva que muitas crianças não podem ser elas mesmas vivendo dentro de um espaço limitador nos quais as concepções da deficiência muitas vezes não levam em consideração comportamentos e atitudes que são e fazem parte da própria infância.

Entender que os estudantes são os protagonistas do espaço educacional é premissa para mudar aquela concepção de que os professores são os que possuem o conhecimento único e válido. E esse olhar não é diferente para as crianças autistas, nas salas de aulas e nos corredores dos espaços educacionais suas características e particularidades muitas vezes não são respeitadas. Por conta disso muitas crianças autistas são taxadas e vivem de maneira segregada pois só se encontram presentes sem estarem realmente vivendo uma educação na perspectiva inclusiva.

Diante da leitura dos artigos podemos perceber que as concepções de alguns professores levam crianças autistas a viverem em espaços de segregação não respeitando os princípios básicos da educação inclusiva. Princípios esses, que garantem a permanência e o início de uma vida escolar plena com alegrias e descobertas, sendo esse o maior objetivo da educação infantil. Não cabe mais o conceito de que não sabemos como trabalhar com essas crianças, pois elas já estão inseridas em nosso cotidiano a algum tempo e com isso recebemos informações que nos trazem um suporte básico para entender o universo autista.

Por vezes, diante de tantas barreiras atitudinais e dentro da percepção dos fundamentos da educação inclusiva, percebe-se um entrave, algo que está totalmente relacionado às concepções errôneas de muitos docentes. Sobre as concepções de crianças autistas muito são os pensamentos deturpados que levam a atitudes de segregação e desrespeito a essência da infância.

Os currículos da educação infantil não são documentos engessados, eles se moldam conforme o bem-estar, curiosidade e interesse das crianças que ali perpassam, e diante desse mundo de possibilidades o acesso da criança autista podem ser reestruturados com as vivências que vão ao encontro da infância.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei N. 13.005 de 2014. Plano Nacional de Educação. Brasília, 2014.

BRASIL. Decreto N. 6.949 de 2009. Brasília, 2009.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa



ROMEU, Clariane Andrioli, ROSETE, Rosana Ap. Salvador, Trabalho em equipe interprofissional no atendimento à criança com transtorno do espectro autista, 2022.

TEIXEIRA, Maira Cristina Souza, GANDA, Danielli Ribeiro, Inclusão e autismo :relato de caso sobre o trabalho com uma criança na educação infantil, 2019.

CAVALCANT, Geovana Nascimento, MOURA Gislaine Franco, IGNÁCIO, Princielli Souza, PASCHOAL, Jaqueline Delgado, Ação Docente na educação infantil: fundamentos do trabalho educativo à luz da teoria histórico-cultural, 2022.

FERREIRA Simone de Mamann, GESSER Marivete, BOCK Geisa Leticia Kempfer, LEANDRO, Gabriel Carvalho, A produção científica sobre o capacitismo na educação básica: uma revisão integrativa de literatura, 2023.

MACHADO, Rosângela. O atendimento educacional especializado na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis/SC e o LEPED. IN.: MANTOAN, Maria, T. E.; LANUTI, José Eduardo de O. E. (Orgs). Todos pela inclusão escolar: dos fundamentos às práticas. Curitiba: CRV, 2021.

NUERNBERG, Adriano Henrique. O Capacitismo, a educação especial e a contribuição do campo dos estudos sobre deficiência para educação inclusiva. IN.: MACHADO, Rosângela, MANTOAN, Maria T. E. (Orgs). Educação e Inclusão: entendimentos, proposições e práticas. Blumenau: Edifurb, 2020.

GUERRA, Itxi Luta contra o capacitismo: anarquismo e capacitismo, Brasil, 2021

ORRÚ, Sílvia E. Aprendizes com autismo: aprendizagem por eixos de interesse em espaços não excludentes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.